



**ACÓRDÃO Nº922/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 15681/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Saúde – FES.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Geilane Evangelista de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Katiuscia Raika da Camara Elias - OAB/AM 5225.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1253/2020, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Saúde - FES. Exercício de 2013.

*Irregularidade. Alcance. Alcance por  
Responsabilidade Solidária. Alcance por  
Responsabilidade Solidária. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Sra. **Geilane Evangelista de Oliveira**, responsável pela Fundo Estadual de Saúde - FES, exercício de 2013, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “c” da Lei nº 2.423/1996-LO.TCE/AM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, em razão do dano causado ao erário;

**10.2. Considerar em Alcance** a Sra. **Geilane Evangelista de Oliveira**, gestora do FES, exercício 2013, no valor de **R\$ 17.823,87** (dezesete mil, oitocentos e vinte três reais e oitenta e sete centavos), conforme o questionamento 7.4.7 do Relatório Conclusivo nº 50/2019-DICOP nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, uma vez que foi verificado que o serviço de fornecimento e instalação da central de ar comprimido referente ao Contrato nº 09/2009 não foi executado e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que os responsáveis recolham o valor na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE-AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida



**ACÓRDÃO Nº922/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária** a empresa executante **Metro Quadrado Engenharia Ltda.** referente à condenação do item anterior, no valor de **R\$ 17.823,87** (dezesete mil, oitocentos e vinte três reais e oitenta e sete centavos), conforme o questionamento 7.4.7 do Relatório Conclusivo nº 50/2019-DICOP nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, uma vez que foi verificado que o serviço de fornecimento e instalação da central de ar comprimido referente ao Contrato nº 09/2009 não foi executado e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que os responsáveis recolham o valor na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE-AM", órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção



**ACÓRDÃO Nº922/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária** o Sr. **Raimundo Nonato Belo Soares**, fiscal da obra, referente à condenação do item anterior, no valor de **R\$ 17.823,87** (dezesete mil, oitocentos e vinte três reais e oitenta e sete centavos), conforme o questionamento 7.4.7 do Relatório Conclusivo nº 50/2019-DICOP nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, uma vez que foi verificado que o serviço de fornecimento e instalação da central de ar comprimido referente ao Contrato nº 09/2009 não foi executado e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que os responsáveis recolham o valor na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE-AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. De acordo com o voto-destaque, proferido em sessão, do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, aplicar Multa à Sra. Geilane Evangelista de Oliveira** no valor de **R\$ 8.911,94** (oito mil novecentos e onze reais e noventa e quatro centavos) nos termos do art. 54 V da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art 308, V do Regimento Interno do TCE/AM, proporcional ao dano causado ao Erário, uma vez que foi verificado que o serviço de fornecimento e instalação da central de ar comprimido referente ao Contrato nº 09/2009 não foi executado (questionamento 7.4.7 do Relatório Conclusivo nº 50/2019-DICOP) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”,



**ACÓRDÃO Nº922/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.6. Dar ciência** à Sra. **Geilane Evangelista de Oliveira**, por meio de sua patrona, bem como à **empresa Metro Quadrado Engenharia EIRELI** e ao Sr. **Raimundo Nonato Belo Soares** acerca do julgado.

*Vencida a proposta de voto somente no item 10.5 quanto a fundamentação legal da multa aplicada à responsável.*

- 11- Ata:** 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 27 de Agosto de 2021.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Josué Cláudio de Souza Neto.  
**13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).  
**13.2. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.  
**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral